Comissão aprova orçamento

□ *Proposta já tem fixado um fator de correção*

O Orçamento da União, para o próximo ano, foi aprovado ontem na Comissão de Orçamento sem que deputados e senadores tivessem conhecimento das alterações introduzidas no relatório final do deputado João Alves (PFL-BA). À noite, seria submetido à votação no plenário, mas não houve quórum. As receitas e despesas foram reestimadas, considerando-se uma ampliação no nível de arrecadação da ordem de Cr$ 752 bilhões, a preços de maio passado. Os números atualizados para uma inflação média de 243%, no próximo ano, jogou os gastos orçamentários para cerca de Cr$ 53 trilhões.

"Votamos o orçamento em confiança", afirmou o deputado César Maia, relatando que na reunião da comissão mista de orçamento, que se estendeu pela madrugada de ontem, os parlamentares criticaram João Alves por não distribuir documentação sobre a destinação final dos recursos. O deputado se defendeu alegando que nos relatórios parciais à comissão, não foi contrário às modificações e que, portanto, seu relatório retratava posições já acertadas previamente.

Ao contrário do que pretendia a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, o orçamento sairá do Congresso com um fator de atualização das despesas. No período de maio a dezembro este ano, João Alves considerou a inflação ocorrida a uma expectativa para este mês. E, para o próximo ano, imaginou que a variação dos preços deverá atingir 243%, corrigindo assim as despesas para os mais de Cr$ 52 trilhões. Mas, refeitas algumas contas, os deputados apuraram um erro nas estimativas do relator, que embutiu nas suas previsões um índice a mais de inflação. Assim, respeitada a hipótese de índices estáveis no patamar de 10% ao longo do próximo ano, o orçamento, a rigor, só deveria ser atualizado em 218% nos cálculos de César Maia.

Correção

A proposta orçamentária

Luiz Antônio 22.10.81

Alves: erro na estimativa

aprovada, já leva um valor de correção fixado, ao contrário do que desejava o governo. Na proposta original, o índice seria definido pelo Ministério da Economia. Se o Executivo discordar do fator de correção fixado, caberá ao Presidente da República vetá-lo. João Alves levou em conta a variação do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) deste ano, para fixar a inflação a ser aplicada aos valores constantes da programação de 91. Como os números se referem a valores de maio deste ano, eles deverão ser corrigidos levando em conta uma inflação de 159 por cento, para o período maio/dezembro de 90.

O plano plurianual, também aprovado pela Comissão, deverá ser igualmente apreciado pelo Congresso. João Alves observa que a proposta, a ser aplicada para o período de 91/96, é "superficial e muito questionável em diversos aspectos do seu conteúdo". Lembra, porém, que consciente da qualidade do plano, o governo já propõe, para o próximo ano, uma revisão, o que, na sua avaliação, "não seria normal em se tratando de um programa qüinqüenal". A revisão, porém, ficará para 92.